



Panorama Econômico

Edição Setembro 2023



Nosso objetivo:

Cooperado, este jornal tem como objetivo gerar conteúdo educativo e informativo sobre Economia, Finanças e Investimentos. Um dos princípios do cooperativismo é a “educação, formação e informação”. Então aproveite este material criado exclusivamente para você!

O que você verá aqui:

Na edição de setembro será falado sobre a China que apresentou números de deflação e contribui para um cenário de recessão, além de poder impactar o cenário brasileiro com a redução do consumo das commodities e que são refletidos diretamente no cenário econômico nacional e no índice Ibovespa.

Os EUA demonstram resiliência neste cenário desafiador com o crescimento do seu PIB que pode contribuir para impactar a taxa de câmbio no Brasil. Além disso, a Europa apresenta números menores de inflação e como analisa a viabilidade de novos países que pertencem ao continente europeu a fazer parte da zona do euro.

Na segunda quinzena de agosto ocorreu a reunião do BRICS e será abordado sobre os principais tópicos dessa reunião, assim como, a situação econômica da Rússia que apresentou déficit orçamentário.

No cenário nacional, será mencionado sobre o comportamento do governo federal visando a redução com a apresentação do seu novo marco fiscal, além das estratégias abordadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024.

Ademais, como o Comitê de Política Monetária está atuando com a intenção de reduzir ainda mais o cenário de inflação no país e como tem comportado os indicadores no mês atual, será falado do IBC-Br que é uma previsão do PIB também utilizado nas decisões do Copom.

Para concluir, será abordado sobre os principais indicadores econômicos que são importantes para auxiliar na tomada de decisão dos investimentos e diversificação da carteira de ativos, do mesmo modo que serão mencionados as dicas de investimentos para o cenário atual.



Cenário Macro Internacional:

China: Os últimos indicadores da China apontam para uma desaceleração do país, o que também traz resquícios para o Brasil, já que o país chinês é o maior importador de produtos nacionais.

Atualmente a China encontra-se em um cenário preocupante por conta da deflação, a crescente dívida do governo e os desafios encontrados especialmente no setor imobiliário, demonstra um recuo na demanda do país que, atualmente, é o país com a maior demanda nos setores de energia, alimentos e matérias-primas.

O índice de preço ao consumidor na China divulgado no dia 09 de agosto, recuou 0,3% no mês de julho em relação ao mesmo mês do ano anterior, registrando assim a primeira deflação desde fevereiro de 2021. A inflação mensal foi de 0,2% em julho.

Além disso, o índice de preços ao produtor (IPP) que é um índice de medida utilizada para acompanhamento do preço médio de venda de produtos e serviços em indústrias extrativas, em outras palavras, empresas que utilizam commodities em sua produção, recuou 4,4% no mês de julho. Essa demanda chinesa mais lenta e persistente dificulta ainda mais a recuperação da economia local pois deixa as empresas privadas mais relutantes em investir e expandir seus negócios.

Todos esses movimentos da economia chinesa afetam diretamente o preço das commodities, a economia brasileira por ser um grande parceiro comercial, é impactado economicamente.

EUA: O Departamento da Análise Econômica (BEA, na sigla em inglês) divulgou que a estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,1% no 2º trimestre de 2023. O resultado oficial do PIB dos Estados Unidos será divulgado no dia 29 de setembro.

Atualmente os juros estão em 5,50% ao ano, o maior patamar em 22 anos, mas o Federal Reserve (FED) tem dado pistas de que ainda será necessário promover novas altas nos próximos meses, já que a inflação está acima da meta de 2% ao ano.

As Treasuries americanas, ou seja, os títulos públicos emitidos pelo governo dos Estados



Unidos atingiram um patamar de 4,32% ao ano equivalente ao mesmo nível de 2007, um ano antes da crise econômica nos EUA. Esse dado que não era visto há 16 anos fortalece uma possibilidade de que a economia norte-americana continue subindo as taxas de juros básicas, assim como, sofrer recessão em 2024.

Apesar de esta realidade estar em linha oposta com a realidade no Brasil onde há projeção de redução na Taxa Selic, os impactos também podem ser sentidos no Brasil. O primeiro e mais esperado desses impactos é o aumento da taxa de câmbio e, posteriormente, a possibilidade de desencadear outros desafios como o consumo mais fraco dos brasileiros, a migração de investidores estrangeiros para o exterior, empresas com dificuldade de captação e a economia local como um todo crescendo menos.

Europa: A União Europeia (UE) deve estar pronta para receber novos integrantes em 2030 conforme declarou o presidente do Conselho Europeu. Os potenciais candidatos são: Albânia, Bósnia, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia, Turquia, Ucrânia e Moldávia.

Para serem pertencentes ao bloco não se trata de uma adesão automática, os países precisarão cumprir uma série de obrigações antes de terem chance de ser admitidas, alguns países, inclusive, estão com negociações em curso há mais de uma década.

A inflação na zona do euro desacelerou em julho. No acumulado dos últimos doze meses, o índice de preço ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) fechou em 5,3% na comparação com junho que foi de 5,5%. No mesmo período, um ano antes a taxa estava em 8,9%.

Segundo especialistas pode ocorrer um novo aumento de juros visto que a inflação continua distante da meta. Apesar de não haver consenso sobre os juros na Zona do Euro, a expectativa dos especialistas é de uma manutenção dos juros em patamares elevados pelos próximos meses.

Zoom: A próxima reunião da Política Monetária do BCE está programada para 14 de setembro.

BRICS: No dia 24 de agosto ocorreu a última reunião e foi definido a ampliação do número de membro do Brics oficialmente com a entrada dos países Argentina, Egito, Irã, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes.



Uma das consequências da expansão do BRICs poderá ser a diminuição da influência brasileira em decisões do grupo porque, na prática, além de dobrar o número de participantes, isso reduzirá o peso individual de cada país nas discussões internas.

Guerra: Após dezoito meses do início da guerra, os dois países ainda permanecem sem um acordo diplomático. As despesas que o país russo já gastou na guerra este ano, no último mês ultrapassou 9,7 trilhões de rublos (equivalente a US\$ 101 bilhões), isso é quase três vezes o que o país gastou no ano passado.

A Rússia cada vez tem dificuldades de novos avanços na guerra e atualmente está com déficit orçamentário (diferença entre despesas e rendimentos), à medida que as receitas provenientes das exportações de petróleo e gás foram prejudicadas pelas sanções dos países do ocidente.

Apesar de as exportações da Rússia ainda ser superior ao valor das suas importações, o excedente caiu 85% no primeiro semestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior, colocando o país próximo de um déficit. Além disso, o país não tem acesso as suas reservas cambiais do seu banco central que estão congeladas no Ocidente. Isso pode gerar uma obrigação do país a reduzir suas importações.

Com este cenário, a moeda russa (rublo) neste ano perdeu mais de 30% do seu valor. Um rublo mais fraco contribui para um aumento generalizado de preços. O banco central russo em uma reunião de emergência aumentou a sua taxa de juros em 3,5 para 12 pontos percentuais ao ano.

Cenário Macro Nacional:

Política Fiscal: A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016. No ano de 2020, outra PEC permitiu o furo do teto de gastos para a União ter condições de arcar com o auxílio emergencial e socorrer os estados e municípios no combate à pandemia.

No final de 2022, com o surgimento da PEC da Transição permitiu ao atual presidente gastar R\$145 milhões fora do limite, a promessa resultou no surgimento do novo marco



fiscal mais flexível do que o teto de gastos.

Aprovada no Congresso no dia 22 de agosto, a nova regra fiscal que substitui o teto de gastos, permite o aumento das despesas federais acima da inflação, num intervalo entre 0,6% e 2,5%, enquanto os reajustes seriam limitados ao crescimento da despesa em 70% do crescimento da arrecadação do governo. O limite de gastos foi revisado para ser corrigido pelo IPCA a partir de 2025.

Além disso, a Câmara dos Deputados também aprovou a exclusão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da nova regra fiscal. Portanto, com esta aprovação na Câmara, estabelece o fim do teto de gastos.

A nova lei do arcabouço fiscal estipula metas fiscais anuais, tais como, zerar o déficit primário, atingir um superávit de 0,5% do PIB e atingir um superávit de 1% do PIB para os anos de 2024, 2025 e 2026, respectivamente. Foi estipulada uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, seja para mais ou para menos, da variação do PIB.

Ademais, no dia 31 de agosto, o governo federal entregou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024. Esse documento contempla a continuidade do Bolsa Família, aumento do salário-mínimo e gastos com saúde e educação, dentre outros.

Algumas das medidas propostas para conseguir arrecadar esse valor são através do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que com as mudanças podem impactar as empresas com dívidas tributárias, o fim da distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) entre empresas a partir do próximo ano, a regulamentação das apostas esportivas, impostos sobre importação, assim como, a cobrança de impostos e comissões nos fundos exclusivos off-shores, conhecidos como fundos fechados ou fundo dos “super-ricos”.

Política Monetária: O processo de queda na taxa básica de juros, Selic, deu início na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central concluída no dia 2 de agosto, quando a taxa foi reduzida de 13,75% para 13,25% ao ano. Segundo o mercado há a



projeção de novas quedas nas próximas reuniões do Copom.

Esse processo de queda iniciado no último encontro, apesar de ainda permanecer tímido, irá abrir espaço para investimentos e para o consumo, com empréstimos mais acessíveis e ajudando a aquecer a economia brasileira. O movimento também carrega o potencial de influenciar a confiança dos agentes econômicos, conforme o último Boletim Focus divulgado no dia 04 de setembro a projeção é que a Selic termine 2023 com a taxa em 11,75%.

O Copom se prepara para seu próximo encontro nos dias 18 e 19 de setembro, segundo o consenso divulgado no site da B3, a expectativa é de uma redução de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic.

Inflação: A inflação de julho segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 0,12%, no acumulado de 12 meses está em 3,99%.

Entre os nove grupos de produtos e serviços analisados pelo IBGE, cinco tiveram alta no mês de julho. O grupo de Transportes foi o que mais impactou o índice com uma variação positiva de 1,50%, essa alta foi potencializada principalmente pela alta inflacionária nos reajustes do preço da gasolina, essa alta representa a volta da cobrança da alíquota cheia de PIS/COFINS.

Dente as maiores altas estão as seguintes variações: Despesas Pessoais (0,38%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,26%) e Educação (0,13%); Comunicação teve estabilidade em 0,00 p.p.

Pelo lado das quedas, o grupo de Habitação (-1,01%) a maior contribuição veio da energia elétrica residencial por conta da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas do mês de julho. Os reajustes foram aplicados em três áreas de abrangência, sendo eles, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba.

IBC-Br: O Banco Central divulgou no dia 14 de agosto o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,63% em junho, na comparação com maio. Esse indicador é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o principal indicador da economia do Brasil, e é também utilizado para influenciar nas decisões de juros do Comitê de Política Monetária.



Isso demonstra que a economia brasileira vem dando sinais de recuperação. A possível queda na Selic visa impulsionar a atividade econômica, já que juros mais baixos tendem a incentivar o consumo e os investimentos. Contudo, a redução do Copom terá um papel significativo em moldar os rumos da economia brasileira nos próximos meses, visando alcançar um equilíbrio entre o estímulo e estabilidade econômica.

Indicadores Econômicos

SELIC: O Comitê de Política Monetária do Banco Central nos dias 1 e 2 de agosto decidiu em reduzir a Selic para 13,25%, a taxa básica de juros nacional fechou o mês de agosto em 1,14%, com rentabilidade acumulada de 13,55% nos últimos doze meses e 8,86% no ano de 2023.

IPCA: O Índice de Preços ao Consumidor em julho foi de 0,12% e encerrou o acumulado dos últimos 12 meses em 3,99%. Por enquanto, a alta acumulada da inflação no ano é de 2,99%.

A data da divulgação da inflação referente ao mês de agosto será divulgada no dia 12 de setembro.

POUPANÇA: No mês de junho, com a Selic mantida em 13,25% ao ano, a Poupança rentabilizou 0,50% + TR. Totalizando 0,71% em agosto. No ano de 2023 correspondente a 5,51%, enquanto o acumulado dos últimos 12 meses foi de 8,38%.

CDI: O Certificado de Depósito Interfinanceiro, que remunera as aplicações pós-fixadas, teve um fechamento de 1,13% no último mês, no ano atual encontra-se em 8,86% e 13,55% no acumulado dos últimos 12 meses.

IBOVESPA: O índice no mês de agosto acumulou perdas de 5,05% e encerrou aos 115.742 pontos. No âmbito internacional, as atenções se dividem entre os dados dos Estados Unidos e números da China. O Ibovespa foi impactado pela magnitude da parceria comercial e o mercado teve uma maior aversão ao risco vindo do exterior, com dados fracos da economia chinesa.



A atividade industrial da China apresentou queda pelo quinto mês consecutivo que representa uma contração na economia mostrando que o país passa por retomada econômica fraca, enquanto nos Estados Unidos os dados da economia americana continuam mostrando certa resiliência, além de sofrer um *downgrade* com uma nota menor do crédito soberano pela agência Fitch.

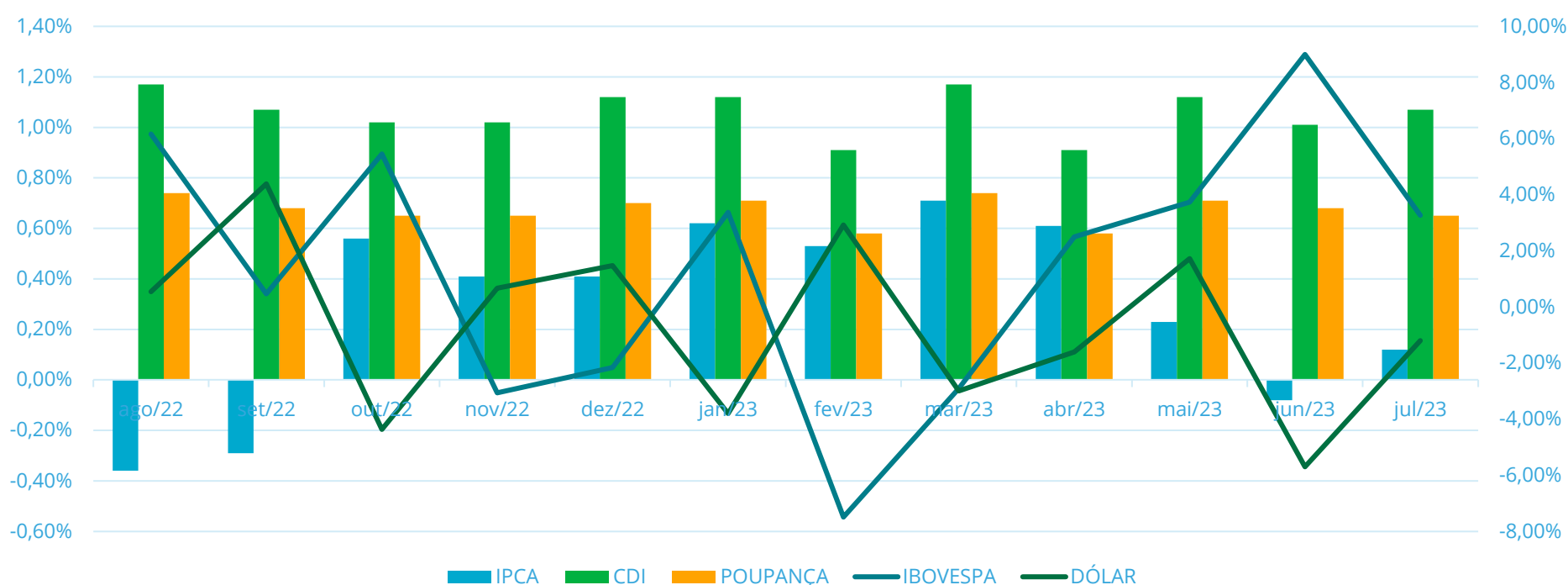
No Brasil, o grande destaque do mês ficou com as discussões políticas sobre o orçamento do governo para o próximo ano. De acordo com os investidores, a maior preocupação está em como o governo vai conseguir elevar sua arrecadação.

DÓLAR: A moeda norte-americana encerrou o mês anterior com 4,69% positivo, no entanto, no ano ainda acumula perda de 6,23%.

A valorização do dólar positiva no mês de agosto, somou-se com o aumento da percepção de risco fiscal em tramitação na Câmara com a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024.

O mercado permaneceu cético ao decorrer do mês em torno da possibilidade de o governo cumprir a meta de zerar o déficit primário no ano que vem, dada a necessidade de ampliar a receita bruta.

Indicadores Econômicos nos últimos 12 meses





Onde investir neste cenário?

Conforme apresentado na edição de setembro, próximo do encerramento do terceiro trimestre de 2023, na Cooperativa existem excelentes alternativas para a segurança dos seus investimentos.

Um dos mais diversos benefícios das aplicações em **Cotas** é contribuir com a possibilidade de remuneração de juros ao capital. As aplicações em **RDC Pós-Fixado** permanecem como ótimos investimentos onde a Selic permanece em patamares elevados.

Além disso, a modalidade **RDC Pré-Fixado** também é uma ótima oportunidade para investimentos no longo prazo mesmo após a primeira redução do Copom na redução da taxa de juros. Neste caso, as condições de rentabilidade são determinadas antes da aplicação e mesmo que futuramente inicie a redução na Taxa Selic, essa modalidade não sofrerá alteração.

Além disso, o investimento na modalidade **RDC IPCA+**, contribui para trazer a garantia da rentabilidade real. Neste caso, além da rentabilidade atrelada ao indicador de inflação, a modalidade conta com uma remuneração adicional, sendo vantajosa principalmente para o longo prazo pois mesmo que ocorra uma alta inflacionária, os investimentos não perderão o poder de compra.

A **Previdência Privada** é uma ótima sugestão para o foco no longo prazo, mínimo de 15 anos, visando uma aposentadoria mais confortável com benefício da tributação conforme a sua condição de vida além de contribuir no planejamento da sucessão patrimonial.

As aplicações em **Poupança** e **Aplicação Programada** são ótimas recomendações para formação de reserva de emergência para eventuais imprevistos e auxiliar na programação mensal de novos aportes, além disso, também pode ser direcionado para futuras oportunidades devido às novas oportunidades de investimentos conforme a mudança do cenário de mercado.

Investir não precisa ser difícil e nem arriscado. A Cooperativa tem à sua disposição opções de investimentos com valores de verdade, que proporcionam segurança financeira e rentabilidade acima da média de mercado. Consulte o especialista de investimento da sua Cooperativa.